

MARX E A CATEGORIA TRABALHO PRODUTIVO: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE SEU ESTATUTO TEÓRICO EM *O CAPITAL*

Frederico S. P. F. Valente¹

Introdução

Pretende-se realizar aqui uma breve exposição dos principais argumentos e resultados apresentados em um recente trabalho deste autor intitulado “O Conceito de Trabalho Produtivo em Questão: panorama crítico sobre sua origem e abandono na história do pensamento econômico”². Neste trabalho foi feita uma discussão sobre os desenvolvimentos históricos das concepções de acumulação de capital, geração de excedente econômico e crescimento da riqueza nacional em suas relações com as diferentes concepções de trabalho produtivo. O objetivo não era tanto fazer apenas um exercício de história do pensamento econômico, mas, antes, realizar um esforço teórico visando capturar a forma pela qual a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo chega até Marx e como este se vê frente à necessidade de incorporar tal distinção em sua própria teoria.

O ponto de partida da pesquisa foi, sem dúvida, a discussão marxista sobre a categoria trabalho produtivo – até porque a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo não é tratada por qualquer outra escola ou ramo da ciência econômica moderna. Porém, logo se percebeu a imensa controvérsia colocada entre os autores marxistas sobre a importância dessa categoria. De fato, o terreno de sua discussão tem sido um dos “mais pantanosos” dentro do marxismo.

Em geral, o foco desta controvérsia se dá na passagem do abstrato para o concreto, ou seja, na análise particular da relação geral colocada pelo conceito, na tipologia dos trabalhos concretos que devem ser chamados de produtivos. A análise empírica das formas concretas assumidas pelo trabalho produtivo se faz necessária, principalmente, para

¹ Economista formado pelo IE/UFRJ e mestrando em teoria econômica pelo IE/UNICAMP. Membro colaborador do Laboratório de Estudos Marxistas do Instituto de Economia da UFRJ (LEMA).

² VALENTE, F. *O Conceito de trabalho produtivo em questão: panorama crítico sobre sua origem e abandono na história do pensamento econômico*. Monografia de Graduação, IE/UFRJ, 2005. Trabalho realizado sob a orientação do Professor José Ricardo Tauile e avaliado pelos Professores Aloisio Teixeira e Galeno Tinoco Ferraz Filho.

fundamentar uma estrutura analítica que permita investigar a dinâmica concreta da reprodução do capital. Porém, a passagem do conteúdo abstrato do conceito para suas formas particulares, imediatas, deve ser realizada com muito cuidado, respeitando sempre as especificidades históricas sobre as quais a análise é feita.

Existem, portanto, dois passos a serem dados para uma análise completa da categoria trabalho produtivo. O primeiro deve questionar precisamente qual é o seu papel dentro do sistema capitalista de produção. Só depois desse primeiro passo, a análise pode passar para a determinação das formas particulares de existência dessa categoria. A intenção da pesquisa realizada, por sua vez, foi dar apenas o primeiro passo. Recorreu-se, primeiramente, ao estudo da obra de Marx e de seus principais comentadores, entrando de cabeça na controvérsia da discussão marxista³. Quanto mais se avançava no estudo, ainda mais confusos ficavam os termos do debate. Aos poucos, no entanto, foi ficando claro que se tratava de um debate já viciado, pautado pelo escolasticismo das posições defendidas e pelo recurso exagerado a citações dos textos clássicos. A idéia foi então a de voltar atrás e partir do questionamento de como a discussão sobre trabalho produtivo chegou até as obras do fundador do marxismo. Ou seja, o objetivo passou a ser a investigação de como a discussão chega até Marx e por que, também ele, teve que adotá-la.

Assim, buscou-se nesse trabalho realizar uma análise de como o conceito de trabalho produtivo entra na economia política marxista e qual é seu estatuto teórico. Para tanto, tornou-se necessário recorrer a um “panorama crítico” sobre os caminhos e descaminhos do conceito de trabalho produtivo pela história do pensamento econômico,

³ Cf. ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2002; BARAN, P. *A Economia Política do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977; EATON, J. *Manual de Economia Política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965; GOUGH, I. *Marx's Theory of Productive and Unproductive Labour*. In: *New Left Review*, n.76, 1972, pp.47-72; LESSA, S. *Mundo dos Homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo, 2002; LOJKINE, J. *A Revolução Informacional*. São Paulo: Cortez, 1999; MANDEL, E. *El Capital: cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx*. México D.F: Siglo XXI Editores, 1985; MARINI, R. M. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000; MORRIS, J. *Unemployment and Unproductive Employment*. In: *Science and Society*, n.22, 1958, pp.193-206; MORRIS-SUZUKI, T. *Capitalism in the computer age*. In: *Cutting Edge: technology, information, capitalism and social revolution*. London e New York: Verso, 1997; NAGELS, J. *Trabalho Coletivo e Trabalho Produtivo na Evolução do Pensamento Marxista*. Lisboa: Prelo Editora, 1975; NAPOLEONI, C. *Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981; RUBIN, I. I. *A Teoria Marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980; SHAIKH, A; TONAK, E. *Measuring the Wealth of Nations: the political economy of national accounts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994; SINGER, P. *Trabalho produtivo e excedente*. In: *Revista de Economia Política*, vol.1, n.1, janeiro-março, 1981; TAUILLE, J. R. *Para (re)construir o Brasil contemporâneo: trabalho, tecnologia e acumulação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

tentando obter através desse exercício uma primeira conclusão sobre a formulação teórica da categoria trabalho produtivo em Marx.

Nesse percurso pela história do pensamento econômico foi visto que o caminho de desenvolvimento do conceito de trabalho produtivo acompanhou, de certa forma, a progressiva passagem histórica da acumulação mercantil para a acumulação produtiva ou propriamente capitalista. Também ficou claro que a partir de certo momento a potencialidade crítica desse conceito obrigou a teoria burguesa, então hegemônica, a abandoná-lo⁴.

Dada a necessária limitação do escopo dessa comunicação será apresentado apenas o resultado geral da pesquisa, que pode ser assim resumido: desde sempre o trabalho envolvido na acumulação capitalista, ou seja, o trabalho produtivo, é visto como o mais importante para a dinâmica da reprodução ampliada da sociedade. Por isso, a economia política, em suas diferentes matizes, buscou diferenciar esse tipo específico de trabalho do trabalho em geral. Nos mercantilistas isso era apenas uma intuição, mas a partir dos fisiocratas e da análise da economia nacional fundada na produção, essa distinção passou a ser uma necessidade. Porém, dentro de uma visão naturalista e a-histórica do processo econômico e de uma visão puramente técnica do processo de trabalho, a economia política buscou sempre uma determinação material para essa distinção que em si é social.

Marx também buscou a essência desse trabalho que produz o próprio capital. Tinha mais claro que o que estava em jogo era uma determinação social. Chegou no trabalho assalariado como aquela categoria fundamental para se entender o modo de produção capitalista. Ou seja, ele chegou ao entendimento da forma social em que se apresenta o trabalho no capitalismo. Porém, também ele, antes de entrar na parte dedicada a acumulação de capital, teve que se utilizar da distinção entre trabalho produtivo e improdutivo.

A questão relevante é que a determinação dessa diferença, em Marx, continua no nível da forma social, da análise das relações de produção. Não era o trabalho que se distinguia entre trabalho produtivo e improdutivo de acordo com sua qualidade técnico-

⁴ No trabalho que serve de base a esse texto foi feita uma ampla discussão sobre o assunto. Mostrou-se que o abandono da discussão pelos neoclássicos deveu-se, por um lado, ao estabelecimento de um novo paradigma (teoria subjetiva do valor) que não a comportava e, de outro, como uma tentativa de neutralizar a potencialidade crítica do uso do conceito, principalmente, após o advento da teoria marxista.

material; pelo contrário, era a categoria trabalho assalariado que deveria ganhar mais um nível de determinação, não material, mas social, isto é, estar numa relação de produção de mais valia.

O lugar da categoria trabalho produtivo na obra marxiana: em busca de uma determinação específica para o modo capitalista de produção

Segundo Marx, acumulação de capital é capitalização de mais-valia, é inversão de renda excedente para o processo de valorização do capital. Mas se a mais-valia é a base da acumulação, a substância da mais-valia é o trabalho não pago apropriado pelo capital em sua relação direta com os trabalhadores produtivos. “Dessa espécie de trabalho assalariado produtivo depende a existência do capital”⁵. É assim que Marx qualificou a categoria trabalho produtivo como um elemento chave dentro do sistema capitalista de produção⁶. Como uma de suas propostas centrais no estudo da economia política era a questão da geração da mais valia no capitalismo, a distinção entre trabalho produtivo (aquele que cria mais valia) e trabalho improdutivo (aquele que não participa de sua geração) impunha-se como um ponto crítico da análise.

“Trabalho produtivo é uma abreviação para designar o conjunto do relacionamento e dos modos em que a força de trabalho figura no processo capitalista de produção. É da maior importância, porém, distingui-lo de outras espécies de trabalho, pois essa distinção exprime a especificidade da forma do trabalho sobre que repousam o modo capitalista de produção por inteiro e o próprio capital.”⁷

Para apresentar a forma pela qual Marx encarou o problema do trabalho produtivo, é imperativo encarar uma tarefa preliminar: determinar o estatuto teórico do conceito de trabalho produtivo na economia política marxista, isto é, determinar com exatidão o porquê e como sua análise tornou-se necessária para Marx. Infelizmente, nenhuma parte da ampla literatura crítica sobre Marx está tão cheia de desacordos e confusão conceitual como a

⁵ MARX, K. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*, vol. I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987, p. 133.

⁶ “A diferença entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo é importante com respeito à acumulação, já que só a troca por trabalho produtivo constitui uma das condições da reconversão da mais valia em capital.” MARX, K. *O Capital*, Livro I, capítulo VI (inédito). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978, p. 80.

relativa a esta questão. O objetivo aqui será, portanto, não tanto esmiuçar as diferenças feitas por Marx entre trabalho produtivo e improdutivo, nem entrar no emaranhado da discussão marxista posterior, mas tentar mostrar porque Marx teve de incorporar um “adjetivo” à categoria trabalho assalariado quando relacionada propriamente ao capital, passando a chamá-la de “assalariado produtivo”. Ao final da argumentação deve, pois, ficar claro o real significado desse “adjetivo”.

A fim de entender essa terminologia usada por Marx é necessário em primeiro lugar ter em mente que sua análise do trabalho produtivo não implicava julgamento quanto à sua utilidade para os homens, em particular, ou à sociedade em geral, mas interessava-se específica e inteiramente pelo papel do trabalho no modo capitalista de produção. Como todas as outras categorias econômicas, a categoria trabalho produtivo deve ser desenvolvida a partir de sua especificidade histórica determinada pelo modo de produção capitalista. Esta observação é relevante na medida em que o termo “produtivo” foi, durante muito tempo, responsável por uma série de confusões conceituais, tornando-se, por esta razão, necessário que se diferencie o trabalho produtivo do ponto de vista do capital, da questão do trabalho que, em geral, é produtivo.

De fato, todo sistema de relações de produção, toda ordem econômica, tem seu conceito de trabalho produtivo. Marx, por sua vez, limitou sua análise à questão de qual trabalho é produtivo do ponto de vista do capital ou do sistema capitalista. “O trabalho produtivo, para Marx, significa: trabalho engajado no dado sistema social de produção”⁸. Ele coloca o problema da seguinte forma:

“Trabalho produtivo é o que – no sistema de produção capitalista – produz mais valia para o empregador ou que transforma as condições materiais de trabalho em capital e o dono delas em capitalista, por conseguinte trabalho que produz o próprio produto como capital. Assim, ao falar de trabalho produtivo, falamos de trabalho socialmente definido, trabalho que envolve relação bem determinada entre o comprador e o vendedor do trabalho.”⁹

Trata-se, deste modo, de uma categoria de trabalho diretamente a serviço do capital, cuja finalidade é servir como agente de sua autovalorização. *Trabalho produtivo no sistema de produção capitalista é trabalho assalariado que produz mais valia.* Assim, trabalho

⁷ MARX, *Teorias da mais valia*, cit., p.391.

⁸ RUBIN, I. I. *A Teoria Marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980, p.279.

produtivo é o trabalho que se troca diretamente com o capital, isto é, (i) trabalho que o capitalista compra como seu capital variável (ii) com a finalidade de utilizar esse trabalho na criação de valores de troca e de mais valia.

Teríamos então duas condições para a existência de trabalho produtivo, derivadas de características inerentes ao próprio processo capitalista de produção. Em primeiro lugar, o possuidor de força de trabalho deverá se defrontar com o capitalista enquanto vendedor daquela, o que significa que o trabalhador precisa, necessariamente, ser assalariado. Aceita a primeira condição, temos que o trabalhador interage no produto como um fator vivo durante o processo de produção, que não só conserva como também incrementa os valores de capital adiantados, isto é, cria mais valia para o comprador de sua força de trabalho.

É por isso que o trabalho é considerado produtivo não do ponto de vista de seu conteúdo, quanto ao caráter da atividade concreta, mas do ponto de vista de sua forma social de organização, de sua compatibilidade com as relações de produção características da determinada ordem econômica da sociedade. É exatamente esse ponto que distingue a concepção de Marx das demais teorias sobre o trabalho produtivo, que atribuem um papel decisivo ao conteúdo do trabalho. Ou seja, para Marx estava claro que a determinação da categoria de trabalho produtivo era social e não uma decorrência material ou técnica de um de um processo de trabalho específico. Segundo ele,

“As definições consideradas, portanto, não decorrem da qualificação material do trabalho (nem da natureza do produto nem da destinação do trabalho como trabalho concreto), mas da forma social determinada, das relações sociais de produção em que ele se realiza. (...) É uma definição do trabalho, a qual não deriva de seu conteúdo ou resultado, mas de sua forma social específica.”¹⁰

Como se pode ver, ao definir a determinação da categoria trabalho produtivo, Marx abstraiu-se de seu conteúdo, do caráter e resultado concretos, úteis, do trabalho¹¹. Explicita-se, com isso, a diferença radical entre as concepções sobre trabalho produtivo em Marx e Smith. Para Marx, o mesmo trabalho pode ser produtivo ou improdutivo, dependendo de sua forma social, ou seja, conforme esteja ou não organizado sob a forma de empresa

⁹ MARX, *Teorias da mais valia*, cit., p.391.

¹⁰ Idem, *ibidem*, pp.137-38.

¹¹ “Por si mesma, como se disse, essa distinção entre trabalho produtivo e improdutivo nada tem a ver com a especialidade particular do trabalho nem com o valor de uso particular em que essa especialidade se corporifica”. Idem, *ibidem*, p. 140.

capitalista. “Pagar ao menino do vizinho para aparar a grama é pôr em ação um trabalho improdutivo; chamar uma firma especializada em jardinagem que envia um rapaz para o trabalho (talvez até mesmo o mesmo rapaz) é coisa inteiramente diferente. Ou, em termos de capitalismo, contratar serviços de jardinagem para conservar a grama da família é consumo improdutivo, enquanto contratar o mesmo serviço de jardinagem para conseguir um lucro do trabalho feito é acionar trabalho produtivo para fins de acumulação de capital”¹².

Uma outra diferença entre tipos de trabalho tem, no entanto, uma significação maior, não exatamente para a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, mas para os limites da acumulação de capital em setores específicos. Trata-se da diferença entre os casos em que o produto do trabalho é separável do próprio trabalho, do caso em que isso não acontece, ou seja, da diferença usual (porém não muito precisa) entre bens e serviços. Para Marx, “serviço não é, em geral, senão uma expressão para o valor de uso particular do trabalho, na medida em que este não é útil como coisa, mas como atividade”¹³. Certamente, as noções de bem e serviço são importantes para a classificação dos valores de uso, mas pouco contribuem para o entendimento do capitalismo como tal. Ao contrário, é preciso se ater à forma mercadoria, que caracteriza o produto do trabalho enquanto forma da riqueza no modo de produção capitalista. Ou seja, toda atividade produtiva voltada para troca e que tem seu conteúdo valorado no mercado é potencialmente criadora de riqueza social. Entretanto, “quando o produto do trabalho não é separável do próprio trabalho (ou seja, quando se trata de serviço), há uma inadequação da matéria do valor de uso à forma mercadoria, já que ela é atividade como tal e não existe, pois independentemente da compra e da venda, tal como ocorre no outro caso”¹⁴. Tal “inadequação” se traduz na forma limitada em que a acumulação pode ocorrer nesses setores da atividade social.

O problema para Marx, no entanto, era essencialmente outro. Segundo sua teoria da mais valia, é somente através da compra e do uso efetivo da força de trabalho pelo capitalista que o valor excedente pode ser obtido (e explicado). A transformação do dinheiro em capital é a transformação do trabalho em trabalho assalariado. “Na produção

¹² BRAVERMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987, pp.348-49.

¹³ MARX, *Capítulo VI (inédito)*, cit., p. 78.

capitalista, por um lado a produção dos produtos como mercadorias, e por outro a forma de trabalho como trabalho assalariado, se absolutizam”¹⁵. O trabalho assalariado é, assim, a forma fenomênica necessária em que se apresenta o trabalho no capitalismo, sua determinação social. *Mas nem todo trabalho assalariado é trabalho produtivo*. “A mera troca direta de dinheiro por trabalho, portanto, não transforma o dinheiro em capital ou o trabalho em trabalho produtivo”¹⁶.

A transformação do trabalho (como atividade viva orientada a um fim) em capital é, em si, o resultado do intercâmbio entre capital e trabalho, na medida em que este intercâmbio outorga ao capitalista o direito de propriedade sobre o produto do trabalho e, mais que isso, sobre o próprio ato de trabalho. Mas esta transformação só se concretiza por meio do consumo de trabalho, que, em princípio, está à margem desse intercâmbio e é independente dele, isto é, só se concretiza no processo de produção capitalista.

“[O intercâmbio entre capital e trabalho] no que concerne ao trabalhador é um intercâmbio simples, mas no que concerne ao capitalista tem de ser um não-intercâmbio. (...) O capitalista tem de receber mais valor do que entregou. Considerado do ponto de vista do capital, o intercâmbio é aparente, encobre *outra determinação econômica formal*, diferente do próprio intercâmbio; caso contrário, o capital como capital, bem como o trabalho como trabalho, contrapostos um ao outro, não poderiam existir. (...) Não é o intercâmbio que converte o capitalista em capitalista, mas sim um processo no qual, sem intercâmbio, ele recebe tempo de trabalho objetivado, isto é, valor.”¹⁷

A compra da mercadoria força de trabalho, como acontece com qualquer mercadoria, dá a seu comprador o direito de usá-la, de dispor de sua capacidade de trabalho específica. *O ponto central da discussão, portanto, é que essa mercadoria pode ser utilizada numa relação de capital ou não*. Ou seja, se a mercadoria força de trabalho, que tem como expressão social o trabalho assalariado, for utilizada para produzir mais-valia então chamamos esse trabalhador de produtivo, mas se for utilizada somente pelo seu conteúdo material, isto é, não ter o resultado de seu trabalho levado ao mercado, chamamos esse trabalhador de improdutivo.

¹⁴ PRADO, E. *Pós-grande indústria: trabalho imaterial e fetichismo – uma crítica a A. Negri e M. Hardt*. In: *Crítica Marxista*, n.17, 2003, p. 111.

¹⁵ MARX, *Capítulo VI (inédito)*, cit., p. 73.

¹⁶ MARX, *Teorias da mais valia*, cit., p.397.

¹⁷ Marx *Apud* ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, p.184, grifo nosso.

O aparecimento dessa “outra determinação econômica formal” para o trabalho é uma decorrência própria do desenvolvimento da economia mercantil-capitalista. Isso acontece porque “a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital”. É exatamente nessa passagem de *O Capital* que a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo mostra-se necessária. Isso acontece bem no início do segundo volume do Livro Primeiro, depois de já ter apresentado (na parte dedicada a compra e venda da força de trabalho) a categoria trabalho assalariado como central, essência de uma “sociedade baseada no capital e no trabalho assalariado”. É aí que Marx fala, pela primeira vez no desenvolvimento de sua teoria do capital, que “o conceito de trabalho produtivo não compreende apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, de origem histórica, que faz do trabalhador o instrumento direto de criar mais valia”¹⁸.

Conclui-se, portanto, que a condição de ser trabalho assalariado é necessária mas não suficiente para a categoria de trabalho produtivo. Nesse sentido, por um lado, o que não for trabalho assalariado, automaticamente, não poderá ser trabalho produtivo (caso dos produtores independentes, cooperativas etc.)¹⁹. Por outro lado, o trabalho assalariado que esteja fora de uma relação de capital (criação de mais-valia) também não poderá ser trabalho produtivo (como, por exemplo, os serviços pessoais, burocráticos, comerciais ou financeiros)²⁰. Uma última ressalva é que a categoria econômica trabalho assalariado, trabalhador enquanto mercadoria com o valor de uso especial de criar mais valia, não pode ser confundida com as formas jurídicas (mais ou menos precárias) assumidas pela relação

¹⁸ MARX, K. *O Capital*, Livro I, vol.2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p.584, grifo nosso.

¹⁹ Além do mais, essa forma do trabalho escapa à distinção entre trabalho produtivo e não produtivo porque está fora do modo capitalista de produção, embora, é claro, esteja de alguma forma ligada a ela (talvez isso só não seja válido para as tribos mais primitivas que sobrevivem completamente isoladas). Ver GOUGH, I. *Marx's Theory of Productive and Unproductive Labour*. In: *New Left Review*, n.76, 1972, pp.47-72.

²⁰ Sobre a discussão complexa do trabalho envolvido nas atividades de comércio, ver Rubin (op.cit.), principalmente a respeito da distinção entre função real e formal dentro da esfera da circulação comercial e monetária. Uma boa interpretação sobre a mesma questão pode ser encontrada em Braverman (op.cit.). Em Marx, essa discussão encontra-se desenvolvida no sexto capítulo (“os custos de circulação”) do Livro Segundo e no capítulo XVII (“o lucro comercial”) do Livro Terceiro de *O Capital*.

de capital²¹; a primeira é mais ampla que a segunda por motivos óbvios, hoje mais que nunca (ver, por exemplo, o caso dos “falsos” produtores independentes ou “terceirizados”, que podem ser analisados a partir da teoria de Marx do “salário por peça”).

Para Marx, então, o processo de acumulação capitalista tem como fundamento o desenvolvimento da relação de capital, isto é, apropriação de parcela do trabalho valorada no mercado não paga aos trabalhadores (assalariados produtivos). É dessa forma que Marx situou com precisão o que estava em jogo na determinação da categoria trabalho produtivo. Tomou para si a discussão realizada pela economia política sobre o conceito, principalmente nos termos colocados por Smith, porém, tratou de colocar o problema sob novas bases, a partir de sua teoria da mais valia.

²¹ Devo essa importante ressalva ao Prof. Aloisio Teixeira (em entrevista gravada pelo Prof. José Ricardo Tauile).